



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 12/14

28 de Outubro de 2014



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.



## Alterações ao EMFAR! O Silêncio não Augura Nada de Bom!



Na sua edição do passado dia 23 de Outubro, referindo-se a uma reunião ocorrida dois dias antes, o jornal "I" noticiou em subtítulo **"Comandante da GNR não aceita proposta do ministro de redução do tempo de reserva"**.

Do texto desta notícia destacamos os seguintes excertos:

**"...na última reunião do Conselho Superior da Guarda, o órgão máximo de consulta do comandante-geral. [...] o general Mateus Couto aproveitou a oportunidade para apresentar os pontos mais importantes do novo estatuto profissional, cuja aprovação está para breve. [...] Na mesma reunião, [...] o comandante-geral da GNR garantiu aos restantes generais que o período da reserva deverá manter-se nos cinco anos, contrariando a intenção do ministro da Administração Interna. Em Novembro do ano passado, Miguel Macedo anunciou que pretendia reduzir seis meses de reserva em cada ano, até se chegar ao período de dois anos"**.

Na mesma notícia é ainda referida a disposição de não permitir a passagem à situação de reserva a militares que, tendo 20 anos de serviço o possam requerer, conforme a lei (ainda em vigor) determina.

Não acreditamos que esta intenção de alterações estatutárias seja exclusiva do ministério da Administração Interna. Seguramente será intenção e estratégia do governo como um todo. Nesse sentido, será esta mesma estratégia aquela que se pretende aplicar aos militares das Forças Armadas. A diferença é que relativamente aos militares das Forças Armadas a matéria está rodeada de um enorme, preocupante, e em última análise, ilegal silêncio!

Para os militares das Forças Armadas, alterações deste teor significam mais um passo na descaracterização da própria Condição Militar, não só para quem está em vias de transitar para a situação de Reserva, mas também para os jovens que agora ingressam e se deparam com profundas alterações aos pressupostos com que foram chamados a servir nas Forças Armadas.

Por outro lado, sonegar o direito de requerer a saída antecipada das Forças Armadas, depois de cumprido o

tempo mínimo considerado justo para o investimento feito, é sujeitar os cidadãos militares a uma "prisão" nada compatível com o sentido de voluntariedade em servir Portugal nas Forças Armadas. Para insatisfação latente, já basta a forma diferenciada como os vários ramos trataram no passado recente os seus militares.

Contrariando a Lei em vigor (*Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto*), tutela política e chefias militares, insistem no incumprimento dos consignados direitos das associações profissionais de militares em integrar comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição e em serem ouvidos sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados.

Esta teimosa insistência no incumprimento da Lei, impondo um preocupante e suspeito silêncio sobre matéria de tão elevada importância para as vidas dos profissionais militares, não augura nada de positivo relativamente às alterações estatutárias que sabemos estarem em curso.

Sobre esta matéria, não nos tranquilizamos com as meias palavras ou superficiais referências com que nos responderam os chefes militares na recente ronda de audiências que nos concederam.

Mas menos ainda aceitamos a arrogância, soberberia e total desprezo pela Lei com que o governo vem tratando estes assuntos.

Tudo faremos, que esteja ao nosso alcance, para contrariar este estado de coisas e para travar ou reverter o curso dos acontecimentos.

Apelamos aos Sargentos de Portugal e aos militares em geral para que não se conformem com as falsas promessas de que *"tudo está a ser tratado para melhorar a situação"* e que estejam disponíveis para agir em defesa dos seus direitos!

As condições socioprofissionais serão melhores se tivermos a confiança, a unidade e a determinação para **Reforçar a ANS e Defender a Condição Militar!**

**A Direcção  
28 de Outubro de 2014**